



## **Os movimentos indígenas e suas implicações para o processo político na Bolívia e no Peru**

Observador On-Line (vol. 1, nº 4, jun. 2006)

ISSN 1809-7588

**Ana Carolina Delgado e Silvia Lemgruber**  
Pesquisadoras do OPSA

### **Introdução**

A atuação dos movimentos sociais na América Latina vem despertando progressivamente a atenção de diversos atores, desde teóricos a políticos e empresários, passando por jornalistas. Nos últimos anos, face a uma onda de protestos na Bolívia que resultaram na renúncia de dois mandatários em menos de dois anos<sup>1</sup>, observa-se o recrudescimento do interesse no tema. Esta percepção encontra fundamento especialmente após a vitória do líder cocaleiro Evo Morales nas eleições presidenciais e a adoção, nos primeiros meses de sua gestão, de medidas consideradas por muitos como radicais, promovendo mudanças na política interna e externa do país, como a nacionalização dos hidrocarbonetos e o recém-lançado plano de reforma agrária.

Neste ensaio, optou-se por centrar a análise na ascensão do Movimento ao Socialismo (MAS) ao poder e sua relação com o movimento indígena boliviano, contrastando-o com o caso peruano, pautado pela ausência de um movimento indígena expressivo. No que tange à Bolívia, esta decisão baseou-se em alguns pontos cruciais para se compreender as orientações que aparentemente justificariam ou não o rumo da política governamental: o fato de cerca de 65% da população boliviana ser formada por povos indígenas, sendo os mais expressivos os *aymaras* e os *quechuas*, que ocupam em sua maioria a região dos

---

<sup>1</sup> Entre 17 de outubro de 2003, o presidente Gonzalo Sánchez de Lozada renuncia e segue para o exílio nos EUA. O cargo é ocupado pelo vice-presidente, Carlos Mesa Gisbert. Mesa apresenta sua renúncia em 06 de junho de 2005, sendo substituído pelo presidente da Corte Suprema de Justiça, Eduardo Rodríguez Veltzé.

altiplanos, ao passo que no Peru esta parcela corresponde a cerca de 40%, constituindo maioria em cinco departamentos<sup>2</sup>; a identificação de Morales como líder cocaleiro, pertencente à etnia dos *aymaras*, além de principal dirigente do MAS; e, finalmente, a incorporação ao discurso governista de uma “tradição indígena”, como se torna explícito nas declarações de Morales e do vice-presidente Álvaro García Linera. Com relação ao Peru, procurou-se enfatizar as razões que explicitam as divergências entre os casos estudados.

Destarte, partimos dos governos militares instaurados nos dois países durante a década de 70. As diferenças entre os dois casos em questão despontam a partir deste período, singularizado pelas ditaduras de Hugo Bánzer, na Bolívia, e de Velasco Alvarado, no Peru. Enquanto no primeiro país o governo caracterizou-se pela repressão às mobilizações sociais, no segundo o Estado tornou-se o principal intermediário dos interesses dos diferentes setores sociais, permitindo-lhe maior ingerência junto a estes segmentos e a desmobilização dos mesmos.

## **Bolívia**

Os movimentos sociais na Bolívia não constituem um fator novo no cenário político local. Pelo menos desde a década de 70, estes atores coletivos exercem influência direta ou indireta no país. À época, os movimentos sociais bolivianos distinguiam-se por sua base sindical, estabelecendo a clássica divisão entre o operariado e a burguesia, característica também observada em países como o Brasil, em especial na zona urbana do ABC Paulista, com forte concentração de metalúrgicos. Na Bolívia, a Central Operária Boliviana – COB – congregava as forças sociais, sendo intensa a sua atuação na arena política. Contudo, a COB foi perdendo paulatinamente seu poder de mobilização. Passados os anos de ditadura militar, iniciada em 1971 com o governo do general Hugo Bánzer Suárez, assiste-se a um período de redemocratização, quando em 1985 assume o governo Víctor Paz Estenssoro. Estenssoro exerceu uma postura firme em relação aos sindicatos, enfrentando-os e adotando

---

<sup>2</sup> Estes são: Apurímac, Ayacucho, Cuzco, Huancavelica e Puno. Apesar de constituírem 40% da população peruana, apenas 20% se reconhecem enquanto indígenas.

uma política econômica austera, causando desemprego, principalmente entre os mineiros. O ano de 86 constitui um marco no que diz respeito à perda de poder político dos sindicatos. Nesta data, é realizada a Marcha pela Vida (*Marcha por la Vida*), medida que consistia em uma caminhada dos trabalhadores até a capital La Paz. O intuito era reivindicar ao presidente o não-fechamento das minas. A estratégia dos mineiros, contudo, não logrou êxito. Foram reprimidos pelo aparato policial, em um episódio que culminou no enfraquecimento político da COB, representando a esquerda boliviana.

A partir de então, o cenário de forças local experimentou um processo de reformulação, reforçado pela intensificação e reestruturação das relações sociais no âmbito global e pelas políticas neoliberais aplicadas à economia boliviana ao longo da década de 90. É durante este período que se observa de modo mais incisivo a ascensão de movimentos sociais calcados em “novas identidades”, como a indígena, diferenciando-se dos “tradicionais”, singularizados pela divisão de classes, embora a construção da identidade indígena remeta aos anos 70. Ademais, cabe salientar que a construção da identidade indígena não revela a existência de apenas um movimento. Pelo contrário, a questão indígena na Bolívia é singularizada pela sua diversificação, expressa em distintos movimentos e organizações, como atesta Linera (2005), bem como na divisão entre duas correntes ideológicas: os kataristas e os indianistas<sup>3</sup>.

Um dos mais relevantes movimentos localiza-se nos departamentos de La Paz e Oruro. Composto pelos *aymaras*, os indígenas integram a Federação Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses de La Paz “Tupac Katari” (Fsutclp-TK), vinculada à Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia (Csutcb). A Csutcb foi criada em fins da década de 70, congregando as comunidades camponesas dos *aymaras* e *quechuas*, conhecidos como *campesinos*. Nos últimos anos, a comunidade *aymara* segue a liderança de Felipe Quispe e representa uma corrente mais crítica e politizada deste movimento, enquanto os *quechuas* estão sob a liderança de Román Loyaza, ambos kataristas. Os kataristas, neste processo de (re)construção da identidade,

---

<sup>3</sup> Van Cott estabelece esta diferença de ideologia no movimento indígena boliviano. Enquanto os kataristas promovem uma harmonia entre a consciência de classe e as demandas étnicas, visando a reconstrução do estado boliviano, os indianistas singularizam-se por sua base étnica e anti-ocidental. Ao contrário destes, os kataristas, por enfatizarem mais a questão classista do que a étnica, estariam mais propensos a angariar o apoio da população não-indígena. (VAN COTT, 2005;53)

distinguindo-se da categoria de “operário”, propõem o indígena como um ator que visa influenciar e participar da política estatal. Assim, busca o reconhecimento do Estado, incorporando-se de fato a esta instituição, contrapondo-se a uma ideologia colonialista que rotulava e desclassificava os indígenas, restringindo-lhes a mobilidade social e negando-lhes a cidadania.

Outra movimentação relevante, especialmente a partir dos anos 90, remete-se aos cocaleiros, articulados em torno das Federações dos Produtores de folha de coca de Yungas e Chapare. A organização destes atores guarda relação com a situação experimentada pelos mineiros, durante o regime ditatorial de Bánzer. Expulsos das minas, os mineiros migraram para as plantações de coca nos vales bolivianos, nas regiões dos Yungas e Chapare, dedicando-se ao cultivo da folha. Segundo Van Cott (2005), o caráter de militância, típico do setor mineiro, repercutiu na organização dos cocaleiros, constituindo uma de suas peculiaridades. Os cocaleiros defendem o uso tradicional da folha de coca, configurando um discurso que simboliza a resistência indígena ao Estado boliviano e, sobretudo no Governo Morales, a resistência do Estado boliviano ao imperialismo norte-americano. Assim, deve-se salientar a reprodução deste discurso pelo atual governo, como se observa nas declarações do presidente e nos esforços de sua gestão junto aos organismos internacionais no sentido de pleitear a descriminalização da folha de coca, tornando o seu cultivo para fins tradicionais um ato legal. Em contrapartida, o governo atua simultaneamente em direção aos cocaleiros, demandando a erradicação voluntária das plantações de coca, o que coloca em xeque a incorporação da questão da coca, conforme exposta pelos plantadores, em seu discurso.

O discurso dos cocaleiros, ao atribuir à luta do grupo uma conotação cultural, uma vez que a coca representa, na percepção do grupo, um traço da cultura boliviana, aproximou-se de uma mensagem nacionalista, resultando no apoio de diversos setores da sociedade civil. Desse modo, o movimento vai adquirindo maior visibilidade, fato evidenciado já em 1994, quando Evo Morales recebe da mídia boliviana o título de “Homem do Ano”<sup>4</sup> (Van Cott, 2005:59). A figura de Morales como líder cocaleiro e indígena vai igualmente projetando-

---

<sup>4</sup> Também na década de 90 ocorrem algumas mudanças constitucionais, como a Lei de Participação Popular, que reconheceu as formas de governos locais calcados nas comunidades indígenas, os *ayllus*.

se e ganha impulso com a sua candidatura a deputado em 1997 e sua atuação à frente dos protestos que sucederam ao longo dos últimos anos, culminado com a vitória do partido nas eleições de 2005. Cabe salientar neste ponto a posição ocupada pelo líder cocaleiro nas eleições de 2002, distanciando-se do vencedor Sánchez de Lozada, do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), por apenas dois pontos percentuais. Este fato, além de evidenciar o grande respaldo popular alcançado por Morales e pelo MAS, aponta para a crise do modelo político seguido pelos antigos partidos bolivianos – o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), o MNR e a Ação Democrática Nacional (ADN) – e sugere uma possibilidade futura para o movimento indígena, por meio de Morales e do MAS, de alcançar o poder<sup>5</sup>.

A vitória do MAS, por conseguinte, deve ser compreendida considerando-se a trajetória do(s) movimento(s) indígena(s), a decadência da esquerda tradicional e o cenário de instabilidade política entre os anos de 2001 e 2005, singularizados por intensas manifestações motivadas, entre outros fatores, pela questão marítima com o Chile. As intenções do governo Lozada de exportar gás natural para os EUA e o México via um porto chileno consistiu em um “elemento catalisador imediato de um episódio”<sup>6</sup>, na medida em que desencadeou uma série de intensas reações dos bolivianos, expropriados de seus recursos naturais desde o período colonial. Cabe ressaltar que a Bolívia distingue-se na América do Sul como o país mais pobre, cuja maior parte da população situa-se abaixo da linha da pobreza<sup>7</sup>. Outrossim, a questão marítima reascendia o orgulho boliviano, marcado pela perda de seu litoral para o Chile durante a Guerra do Pacífico, e constituiu um ponto de confluência dos anseios da população: indígenas e mestiços.

O MAS assume o poder em janeiro de 2006 com o maioria absoluta dos votos, dispondo desde os primeiros meses de governo do suporte de algumas organizações indígenas para a implementação de suas políticas, inclusive no que tange às votações sobre o Referendo Autônomo dos departamentos e a Assembléia Constituinte. Entre as organizações que apoiaram o MAS ressalta-se a Confederação Indígena do Oriente Boliviano (Cidob), que

---

<sup>5</sup> Deve-se considerar, entretanto, que já na década de 70 os indígenas procuraram alcançar o poder pela formação de alguns partidos, como o Partido Indígena (PI), o Movimento Revolucionário Tupac Katari (Mitka) e o Movimento Revolucionário Tupac Katari (MRTK), sem lograr êxito.

<sup>6</sup> Expressão utilizada por McAdam, Tarrow e Tilly (2001).

<sup>7</sup> Ver ALEXANDRE, Cristina (2005).

reúne os indígenas de Beni, Pando, Santa Cruz e Tarija, região das terras baixas onde predominam as grandes propriedades de terra, concentradas nas mãos de empresários brasileiros. A este respeito, a organização divulgou em sua página na internet um manifesto, declarando publicamente seu apoio ao Plano de Terras, lançado por Morales em 03 de junho. Na ocasião, o presidente deu início ao processo de reforma agrária por meio da promulgação de sete decretos. Entre estes, sobressai o de número 28733, que dispõe sobre a distribuição imediata de 2,2 milhões de hectares de terras não-outorgadas pelo governo – as chamadas “terras fiscais” – a favor de camponeses, indígenas ou povos originários que não possuem ou que possuem uma área insuficiente de terras, especialmente na região do norte amazônico. Com o plano, o governo visa beneficiar em grande medida os indígenas, principalmente as mulheres, privilegiando a dotação de títulos agrários em favor deste seguimento. Esta medida consiste no primeiro grande projeto da gestão Morales voltado predominantemente para o âmbito interno, embora possa afetar os empresários brasileiros que possuem extensas áreas, em torno de 1.000 e 15.000 hectares, adquiridas de forma irregular na Bolívia, de acordo com as informações divulgadas por autoridades do governo nos jornais do país.

No plano externo, ressalta-se a nacionalização dos hidrocarbonetos, indo ao encontro da principal proposta defendida por Morales em sua campanha eleitoral. Aqui, apesar de este processo remeter aos protestos nos anos anteriores que levaram à promulgação da Lei dos Hidrocarbonetos em maio de 2005, enfatiza-se a dimensão externa da medida, visto que a nacionalização afetou o cenário de integração energética na região. A Bolívia dispõe das maiores reservas de gás natural da América do Sul, possuindo no Brasil o principal mercado consumidor para o produto. Ainda, mantém contratos de compra e venda com outros parceiros comerciais como a Argentina que, via o mecanismo de triangulação, redireciona parte do gás boliviano para o Chile. Outro ponto que merece relevo remete ao papel desempenhado pela Venezuela na questão energética, traduzindo-se no apoio político e econômico ao governo boliviano. Recentemente, a Bolívia e o vizinho andino optaram por formar uma nova empresa no setor, a Petroandina. A empresa de capital misto formada pelas estatais boliviana e venezuelana, *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos* (YPFB) e *Petróleos de Venezuela S.A.* (PDVSA), respectivamente, contará com 51% de ações do governo boliviano. Caberá à nova empresa a construção de um complexo

petroquímico, de uma fábrica de separação de líquidos do gás natural, de uma empresa que certificará as reservas de gás e petróleo no país, além da instalação de 34 estações de serviço petrolíferas. Desse modo, a cooperação bilateral permitirá à Bolívia participar efetivamente de toda a cadeia produtiva dos hidrocarbonetos, como prevê o decreto de nacionalização.

A nacionalização dos hidrocarbonetos, destarte, provocou uma mudança nas articulações da região, atribuindo à Venezuela uma posição de destaque tanto externamente, quanto internamente à Bolívia, uma vez que o governo Morales percebe em Hugo Chávez um aliado para a implantação de suas políticas ditas contra-hegemônicas. Contudo, a decisão boliviana de exercer a soberania sobre seus recursos naturais, convertendo as multinacionais que atuam no setor em prestadoras de serviço, não deve ser apartada de um cenário tumultuado e de queda na popularidade de Morales. Ao completar 90 dias de gestão de novo governo e próximo às eleições para a Assembléia Constituinte, o país assistiu novamente a uma onda de protestos entre os mais diversos setores – educação, saúde, de transportes, aéreo – que congregavam demandas regionais e nacionais. As manifestações alcançavam regiões distintas no país: em Oruro, uma greve de fome entre trabalhadores; em Cochabamba, as pressões dos funcionários do *Loyd Aereo Boliviano* (LAB), que reivindicavam uma postura de políticos e do governo para solucionar a crise na companhia aérea. Em Santa Cruz, os protestos compreendiam profissionais de áreas variadas, mas o foco das disputas mais violentas e duradouras sucedeu em Puerto Suárez, na província de Germán Bush, envolvendo o seqüestro de três ministros de Estado no mês de abril. Os civis reivindicavam que o Executivo concedesse uma licença ambiental para o funcionamento das operações da siderúrgica MMX, subsidiária da empresa brasileira EBX. Os conflitos persistiram no mês seguinte e deixaram vários feridos.

As disputas de um modo geral foram solucionadas poucos dias após a nacionalização dos hidrocarbonetos. Do mesmo modo que a onda de protestos acarretou na perda de 12 pontos percentuais na popularidade de Morales<sup>8</sup>, a nacionalização logrou dissipar as tensões no país. Simultaneamente, a medida foi capaz de estabelecer um consenso em torno do

---

<sup>8</sup> Em fins de abril, Morales conquistou apenas 68% do apoio da população, contrastando com os resultados obtidos em março e fevereiro, quando o índice alcançou 80% e 79%, respectivamente. As pesquisas foram realizadas pela *Apoyo, Opinión y Mercado-Bolívia* e publicadas no jornal *La Razón*.

governo Morales: a popularidade do presidente subiu cerca de 13 pontos, alcançando seu maior índice (81%), ao passo que as divergências internas ao partido governista foram igualmente contornadas. Até o início de junho, os integrantes do MAS pareciam estar unidos em torno da aprovação, no texto da Constituinte, da reeleição do Executivo, o que possibilitaria um novo mandato para Morales, diferenciando-se de uma situação anterior na qual uma ala do partido perseguia o NÃO para as autonomias, em contraposição as orientações então divulgadas por Morales, líder do MAS e de um governo que se denomina indígena<sup>9</sup>.

Se por um lado os projetos políticos do governo podem ser interpretados como um uma aliança entre a questão indígena e uma proposta marxista, revigorando e dando nova roupagem à esquerda boliviana, por outro não devem ser isolados de um contexto político interno de constante demanda. É a partir desta perspectiva que se torna exequível compreender as ações do governo como uma forma de legitimação, para além da incorporação do elemento indígena no discurso do governo e das críticas<sup>10</sup>, que percebem nesta mensagem uma estratégia, configurando uma retórica. Assim, se o movimento indígena na Bolívia, fortemente organizado em sindicatos – o que conferiu a estas instituições uma nova feição – demonstra sua influência ao eleger um líder cocaleiro e aimará para a Presidência, resta observar até que ponto este ator coletivo será capaz de efetivamente incorporar-se ao Estado.

## Peru

Apesar do compartilhamento de uma mesma herança colonial, da mesma trajetória histórica bem como de valores culturais e étnicos, o Peru se destaca em relação a seus vizinhos andinos no que se refere à emergência de um fenômeno relativamente recente mas cada vez mais relevante no contexto político da região. Enquanto no Equador e na Bolívia a identidade indígena impõe-se como elemento central para a representação política de um

---

<sup>9</sup> Ressalte-se neste sentido a expulsão do partido de Adriana Gil. A decisão deveu-se ao apoio da deputada masista aos civis de *Puerto Suárez*, contrariando as orientações do MAS.

<sup>10</sup> Entre as críticas, ver as entrevistas de Fernando Untoja ao *La Razón* e a análise do *Centro de Estudios para el Desarrollo Agrário*, publicado em maio de 2006.



contingente expressivo de excluídos, o cenário político peruano é marcado pela ausência de um movimento ou partido indígena de caráter nacional, que represente a significativa parcela indígena de sua população.

A triste divergência peruana deriva de um vazio político ainda por ser preenchido, função do legado da centralização e da violência política peruanas. Explicar este contraste é lembrar um passado nada distante na memória peruana, sobretudo da população indígena, a mais atingida pela guerra civil dos anos oitenta e pela combinação entre repressão política e reformas de Estado dos anos noventa.

Mesmo quando incorporados pelo Estado peruano, durante o regime militar corporativista do general Velasco Alvarado, os indígenas tiveram sua identidade absorvida pelo campo. Redefinidos como camponeses pelas reformas implementadas durante o referido governo, os indígenas permaneceram sob as restrições e a tutela política do Estado. Ao mesmo tempo, a organização corporativa do campo levada a cabo pelo governo militar exacerbou as divisões e tensões já existentes entre as diferentes comunidades indígenas do país, dispersas entre a serra andina e a selva. Como camponeses, os indígenas foram organizados de forma diferenciada, por meio de associações distintas. Dessa forma, ao invés de criar laços e permitir uma maior interação entre as diferentes comunidades indígenas do país, ainda que sob o rótulo de comunidades camponesas, o regime corporativista contribuiu para a fragmentação e para a intensificação de suas disparidades regionais.

No entanto, em que pese seus efeitos negativos para o estabelecimento de vínculos entre as diferentes comunidades indígenas do país e a constituição de um movimento de âmbito nacional, o corporativismo permitiu o surgimento de comunidades relativamente autônomas no âmbito local. Assim como na Bolívia e no Equador, ainda que não intencionalmente, criou espaços para a organização política local, o que permitiu o surgimento destas comunidades “camponesas” ou “nativas” com algum vínculo com o Estado peruano (Yashar, 2005).

Já na década de oitenta, a população indígena viu-se no meio do embate entre o Exército e o Sendero Luminoso, ambos responsáveis pelas violações de direitos humanos que se tornaram uma constante da realidade peruana na época. A guerra civil instaurada no país

como decorrência da batalha entre o Estado e o terrorismo tomou conta principalmente dos Andes, em especial daqueles departamentos de maioria indígena. Ayacucho, berço do Sendero Luminoso, foi o primeiro deles a viver sob estado de emergência, declarado pelo governo do presidente Belaúnde Terry.

Apesar de nascido em Ayacucho, de recrutar seus membros entre a população indígena e de recorrer a símbolos de sua cultura, o Sendero Luminoso nunca teve em suas reivindicações qualquer referência à mesma. Influenciada pelo maoísmo, a guerrilha, considerada uma das mais violentas da América Latina, recorria à luta de classes e propunha a revolução camponesa nos moldes da Revolução Chinesa. Neste sentido, a identidade indígena não tinha espaço em sua lógica política e mais uma vez o camponês excluía o indígena. Ao mesmo tempo, a intolerância política do Sendero levou ao extermínio de organizações e líderes indígenas, bem como de qualquer outra forma de organização política que desafiasse a sua autoridade.

Outro movimento armado surgido na década de oitenta, ainda que em menor escala, o Movimento Revolucionário Tupac Amaru (MRTA) limitou-se a apropriar-se do nome de um famoso líder indígena do século XVIII. Contudo, sua base de apoio encontrava-se, sobretudo, nas cidades e o movimento encontrou resistência entre a população indígena dos Andes (Van Cott, 2005).

A exclusão da clivagem étnica pelas clivagens sociais e econômicas na política peruana também se deve à forte influência exercida pelo maoísmo sobre a esquerda e os movimentos camponeses durante a década de sessenta. O apelo da revolução camponesa sobre a população andina e a forte orientação classista da esquerda levaram à rejeição da identidade indígena como fator de inserção política. De fato, esta ênfase na identidade de classes impediu a formação de alianças entre os partidos de esquerda e os movimentos indígenas. Na verdade, a relação entre os partidos de esquerda e os movimentos indígenas no Peru era caracterizada pela dominação e manipulação dos últimos pelos primeiros (Van Cott, 2005).

O fim da guerra entre o Estado e o Sendero Luminoso, por sua vez, não significou o fim da repressão política. Depois do autogolpe de 1992, quando o Parlamento peruano foi

dissolvido, o presidente Alberto Fujimori, eleito em 1990, promulgou uma nova Constituição que, ao lado da nova *Ley de Tierras*, de 1995, reverteu os efeitos da reforma agrária realizada pelo governo Alvarado e deu o golpe final na já precária autonomia das comunidades indígenas do país. Entre os principais desafios trazidos por estes dois instrumentos está o fim da inalienabilidade das terras comunais. Além destas mudanças, as reformas econômicas neoliberais implementadas por Fujimori retiraram mecanismos de proteção às comunidades e terras indígenas, como, por exemplo, os subsídios e empréstimos agrícolas (Yashar, 2005).

No Equador e na Bolívia, estas reformas, especialmente nocivas para as comunidades indígenas, foram o estopim para a mobilização e a emergência de movimentos indígenas em nível nacional. Entretanto, combinadas com a repressão política no Peru, estas reformas não surtiram o mesmo efeito no país. Assim, implementadas por um governo autoritário, elas foram acompanhadas pela restrição e o abuso dos direitos civis e políticos bem como pela centralização do poder nas mãos do Executivo através, dentre outras medidas, da eliminação das eleições e representações parlamentares regionais (Vecchione, 2006).

Apesar da derrota do Sendero Luminoso depois da captura de seu líder, Abimael Gúzman, em 1992, o número de departamentos sob estado de emergência cresceu. Além disso, os fortes laços estabelecidos entre o governo e as Forças Armadas garantiu a autonomia e o abuso de poder por parte destas. Unidades militares anti-subversivas foram instaladas na selva e na serra e tornaram-se co-responsáveis pela violência política e pelos abusos de direitos humanos perpetrados principalmente contra a população camponesa.

No entanto, para além da exclusão da etnicidade pela lógica da luta de classes predominante durante as décadas de sessenta e setenta, da guerra civil dos anos oitenta e da perpetuação da violência e repressão políticas durante o governo Fujimori, outro fator que ajuda a explicar a falência da identidade indígena como instrumento de representação política no Peru é o caráter pejorativo assumido por esta principalmente na região andina. Aqui, a identidade indígena confunde-se com servidão e pobreza, o que faz com que os indígenas não se identifiquem como tal. Da mesma forma, a migração intensa para as cidades também contribuiu para a descaracterização desta identidade (Van Cott, 2005).

Nesse sentido, a chegada do mestiço Alejandro Toledo ao poder, em 2001, trouxe um lampejo de esperança para a população indígena. Eleito com 53,08% dos votos válidos nas primeiras eleições democráticas realizadas depois da Era Fujimori, Toledo representou para os indígenas a possibilidade de sua ascensão ao poder e de participação direta na política peruana. Sendo assim, sua vitória se deveu em grande parte ao apoio eleitoral recebido nos departamentos de maioria indígena, principalmente do sul do país, onde Toledo obteve aproximadamente 50% dos votos (Van Cott, 2005). Para além do simbolismo de sua chegada ao poder, o apelo étnico de Toledo também se deveu a sua predisposição para formar alianças com movimentos e organizações com representação indígena, entre elas a Confederação Camponesa do Peru (CCP).

Ao mesmo tempo, Toledo foi eleito em um momento marcado pela restauração da democracia e pelo surgimento de novos atores políticos, entre eles o seu próprio partido, o Peru Possível (PP). Para os movimentos indígenas, a redemocratização e a ausência de partidos de esquerda fortes ou tradicionais, enfraquecidos durante o governo Fujimori, trouxeram independência e maior liberdade para o estabelecimento de alianças e para a participação na vida política (Van Cott, 2005).

Entretanto, as expectativas geradas pela eleição de Toledo principalmente entre as comunidades indígenas do país chegam ao fim de seu governo frustradas. Sem cumprir suas promessas de campanha, Toledo termina um mandato marcado pela instabilidade política e pela permanência do enorme déficit social do país. Ao contrário do esperado, seu governo combinou o crescimento e a estabilidade macroeconômica, em parte fruto das reformas implementadas durante sua gestão, e a permanência dos altos índices de pobreza e desigualdade do país. Apesar do respaldo eleitoral a Toledo, a população do sul e das outras áreas rurais do país, em sua maioria indígena, não viu suas demandas atendidas por seu governo. Da mesma forma, não se sentem representadas por ele.

Contudo, a insatisfação não tem se traduzido em iniciativas ou maior participação no jogo político. Mais uma vez em contraste com o que acontece na Bolívia e no Equador, os movimentos indígenas no Peru ainda não conseguiram criar mecanismos próprios de participação política, criar seus próprios partidos e, com isso, assumir um papel na construção da ainda frágil democracia peruana. Mesmo a volta das eleições regionais,

talvez a única medida benéfica tomada pelo Governo Toledo em relação às comunidades rurais não tem sido correspondida com o surgimento de partidos indígenas. Talvez fruto da descrença no jogo eleitoral e do legado de violência política, esta ausência é um dos obstáculos a ser superado pela transição democrática no Peru.

As eleições presidenciais de abril de 2006 também são um retrato desta ausência e da carência não apenas de novos atores como de novos discursos políticos. Disputadas por figuras tradicionais da política peruana, como o ex-presidente Alan García, do Partido Aprista Peruano (APRA), as eleições tiveram como única novidade o retorno do discurso nacionalista, fenômeno que tem tomado conta da região e que no Peru foi personificado pelo candidato da aliança União pelo Peru (UPP), Ollanta Humala.

Fruto do militarismo da Era Fujimori, Humala fazia parte do chamado etnocacerismo, movimento nacionalista surgido no interior do Exército peruano e fundado por seu pai, Isaac Humala. Ainda que obscuro, com princípios e propósitos não muito claros, o etnocacerismo faz reivindicações étnicas que, contudo, não obtiveram o respaldo da população peruana. Uma ilustração da debilidade do movimento foi a tentativa frustrada de tomada do poder levada a cabo em janeiro 2005, quando alguns de seus membros realizaram um levante militar na cidade de Andahuaylas, Apurímac.

Entre as propostas de Humala estavam a retomada dos recursos naturais e energéticos do país e o fortalecimento da representação política dos departamentos do país (Vecchione, 2006). Apesar de se afastar do etnocacerismo e de se colocar à parte dos rótulos tradicionais de direita e esquerda, Humala não conseguiu fugir dos antigos estigmas que tomam conta não apenas da política peruana como também da política regional. Cercado pela eleição de Evo Morales na Bolívia e a conseqüente nacionalização do setor de hidrocarbonetos no país e considerado aliado político do polêmico presidente venezuelano Hugo Chávez, o candidato nacionalista transformou-se em um dos pólos de um processo eleitoral que assumiu contornos maniqueístas. Sendo eleito para o segundo turno ao lado de Alan García, Humala perdeu as eleições para o candidato aprista, considerado por muitos como o “mal menor”. Em contraste com a “mudança” responsável prometida por aquele que foi considerado um dos piores presidentes da história do país, o nacionalismo de Humala era temido por grande parte da elite e da população.

Entre o mal maior e o mal menor, a população transformou-se quase que em espectadora ou coadjuvante de um processo eleitoral prejudicado pelo espetáculo de insultos e ofensas que deixaram de lado a realidade peruana, e no qual não foi possível distinguir o falso do verdadeiro. Na medida em que a disputa entre os dois candidatos se acirrava, os discursos recorriam a um passado que a população tenta esquecer. Uma vez polarizadas e transformadas em um espetáculo pela mídia peruana, as eleições de 2006 deixaram pouco espaço para a discussão de propostas de governo e de alternativas concretas para a desigualdade social, para a maior representação política e, mais amplamente, para a consolidação democrática no país.

A identidade indígena, por seu turno, mais uma vez permaneceu no simbolismo e continuou sendo um recurso apropriado pelo discurso político. Evocada por Humala como a verdadeira identidade peruana, ainda não encontrou lugar próprio na política do país.

### **Considerações finais**

Os contrastes entre a trajetória dos movimentos indígenas na Bolívia e no Peru e o papel assumido por estes atores no processo político em seus respectivos países nos sugerem a permanência de cenários distintos nos próximos anos. Se no caso boliviano a tendência é que os indígenas influenciem paulatinamente as políticas governamentais, no Peru a débil organização deste segmento acabou por limitar sua constituição enquanto ator político. Contudo, as divergências constatadas não devem ser atribuídas exclusivamente às distintas trajetórias experimentadas pelos indígenas e sua influência ou não nas políticas do Estado. Há que se considerar igualmente o contexto político no qual as medidas governamentais são formuladas e implantadas, como nos indicam os fatos ocorridos recentemente na Bolívia, que compreendem as demandas de indígenas aliadas às pressões exercidas por diversos setores sociais. Este quadro implicou em tensões domésticas, repercutindo na queda da popularidade do Governo Morales. Somam-se a isto as disputas internas ao MAS. Em decorrência, assistimos à nacionalização dos hidrocarbonetos, resultando em uma rearticulação política na região, pondo em xeque as perspectivas de países como o Brasil em relação à integração energética.

No Peru, as demandas indígenas também se confundem com as demandas da maioria de excluídos do país. Entretanto, enquanto na Bolívia os movimentos indígenas transformaram-se em mais uma força política a reivindicar demandas constantes, no Peru permanecem no limbo político. Neste país, estas demandas não funcionaram como catalisadoras dos diferentes e incipientes movimentos surgidos nos Andes e na Amazônia peruana. Estigmas deixados pela guerra civil, o histórico de violência política e o desencanto que seguiu à eleição de Toledo ajudam a explicar esta apatia. Embora hoje existam alguns movimentos institucionalizados, a ausência de um partido político e de um movimento nacional deixam ainda um imenso vazio na democracia do país.<sup>11</sup> A eleição de García aponta para a continuidade nas políticas implementadas pelo governo Toledo. Contudo, sem maioria no Congresso, seu governo será obrigado a costurar alianças e, com isso, fazer frente ao peso conquistado nas eleições legislativas pela aliança de Humala. Da mesma forma, não poderá ignorar, assim como Toledo, as urgentes demandas sociais do país, que tanto ameaçaram a estabilidade de seu governo. Por outro lado, o fim do mandato de Toledo e a realização de eleições consideradas limpas pelos observadores internacionais, sinalizando para a consolidação democrática do país depois de dez anos de governo Fujimori, mantêm aberta a janela de oportunidade para o surgimento de um novo ator político. Resta saber, portanto, se estas demandas se transformarão em ação política.

---

<sup>11</sup> Entre as organizações indígenas surgidas recentemente está a Coordenadora Nacional de Comunidades Afetadas pela Mineração (COCANAMI). Criada em 1999 nos Andes, a COCANAMI é hoje uma das organizações indígenas mais ativas e representou um marco para a organização indígena na serra (Van Cott, 2005).

## Referências Bibliográficas

Alexandre, Cristina. 2005. Manuscrito. *Bolívia: instabilidade política e dificuldade de inserção regional*.

CEDLA, Centro de Estudios para el Desarrollo Agrario. Legitimando el orden neoliberal. 100 días de gobierno de Evo Morales. *Documento de Conjuntura No. 12* CEDLA, Centro de Estudios para el Desarrollo Agrario, La Paz. Mayo. 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/bolivia/cedla/100dias.jpg>>

Coutinho, Marcelo. Intentona de Ano Novo: Uma análise da crise institucional no Peru. Análise de Conjuntura OPSA (nº2, janeiro de 2005). Disponível em: <[http://observatorio.iuperj.br/artigos\\_resenhas/Texto\\_do\\_Marcelo-analise.pdf](http://observatorio.iuperj.br/artigos_resenhas/Texto_do_Marcelo-analise.pdf)>

Linera, Álvaro García. Os movimentos indígenas na Bolívia. In: *Diplomacia Estratégica Política*. Ano 1, no. 03, abril/junho de 2005.

McAdam, Doug; Tarrow, Sidney e Tilly, Charles. *Dynamics of Contention*. New York: Cambridge University Press, 2001.

Ramírez Gallegos, Franklin; Stefanoni, Pablo. La política de los movimientos sociales en Bolivia. Diálogo con Álvaro García Linera. In: *ICONOS. Revista de Ciencias Sociales*, no. 25. FLACSO, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Quito, Ecuador: Ecuador. Mayo. 2006 1390-1249.

Van Cott, Donna Lee. *From Movements to Parties in Latin America: the evolution of ethnic politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

Vecchione, Marcela. *Eleições e Violência Política no Peru*. Relatos da força do discurso e do uso da força na política peruana. Observador On-Line (vol.1, nº2, abr.2006). Disponível em: <[http://observatorio.iuperj.br/archive/Observador\\_v\\_1\\_n\\_2.pdf](http://observatorio.iuperj.br/archive/Observador_v_1_n_2.pdf)>

Yashar, Deborah J. *Contesting Citizenship in Latin America. The rise of indigenous movements and the postliberal challenge*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.